

TERMO DE REFERÊNCIA – R3

Obra: SIARQ – serviços remanescentes para a nova Sede

Unidade interessada:	SIARQ
Pasta Técnica nº.:	13/2024
Data emissão:	08/01/2025
Processo de contratação nº.:	01-P-8235/2023

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Objeto:

Contratação de empresa para a execução das obras remanescentes da Nova Sede do SIARQ, incluindo desenvolvimento de projetos executivos. Inclui fornecimento e instalação de elevador e sistemas de climatização, com sua manutenção corretiva e preventiva, bem como atendimento em situações de emergência.

CATSER: grupo 541 – serviço 1619 – descrição: OBRAS CIVIS DE EDIFICAÇÕES PREDIAIS

1.2 O objeto pretendido nesta contratação é caracterizado como obra.

1.3 A contratação compreende a execução das obras remanescentes da Nova Sede do SIARQ, incluindo desenvolvimento de projetos executivos. Inclui também o fornecimento e instalação de elevador e sistemas de climatização, com sua manutenção corretiva e preventiva, bem como atendimento em emergências.

1.4 Regime de execução

Contratação semi-integrada.

1.5 Esclarecimentos técnicos complementares sobre o Objeto

1.5.1 O prédio encontra-se parcialmente construído.

1.5.2 Toda a estrutura, pisos, paredes, instalações e demais serviços já executados deverão receber tratamento adequado para serem devidamente concluídos.

1.5.3 Observações complementares ao projeto de arquitetura:

1.5.3.1 Os peitoris das janelas deverão ser em granito cinza andorinha, com dimensão que cubra toda a espessura da parede e ultrapasse 2cm no lado externo, com friso inferior para pingadeira.

- 1.5.3.2 Para a fabricação dos caixilhos de alumínio deverão ser seguidas as especificações constantes no projeto executivo “Projeto de padronização de esquadrias”, desenvolvido pela empresa “Arquitetura Grão Santo”. Os caixilhos definidos como basculante no projeto de arquitetura deverão ser executados com abertura maximo-ar.
- 1.5.3.3 Os porcelanatos deverão ser com acabamento retificado.
- 1.5.3.4 Os rodapés das áreas que receberão revestimento em porcelanato deverão ser executados com peças prontas da mesma linha do piso, específica para rodapé. Não serão aceitos rodapés obtidos a partir de cortes de peças de pisos.
- 1.5.4 Outras informações relevantes:
- 1.5.4.1 As juntas das peças da estrutura pré-fabricada deverão ser tratadas / vedadas com mastique de silicone, sobre guia de apoio em polietileno.
- 1.5.4.2 A Contratada deverá fornecer, na conclusão da obra, o Manual do Usuário.
- 1.5.4.3 Equipamentos – elevador e climatização – a Contratada deverá realizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos pelo período de 12 meses, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.
- 1.5.4.4 As informações referentes a cabine de transformação deverão ser desconsideradas. Deverá ser construído um posto de transformação em poste, com transformador de 300kVa.
- 1.5.4.5 A Unicamp possui isenção na taxa de aprovação junto ao Corpo de Bombeiros.
- 1.5.4.6 Os projetos executivos deverão ser apresentados pela Contratada conforme definido em cronograma. A Contratante irá apresentar o aceite ou a necessidade de correção do material em até 15 dias. A Contratada, se for o caso, deverá realizar as correções necessárias de modo a não comprometer o cronograma de execução da obra.
- 1.5.4.7 Todos os materiais empregados na execução da obra devem ser de primeira qualidade. Para os materiais listados abaixo, a empresa fornecedora do material deverá estar qualificada no PBQP-H - Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat:
- Metais
 - Louças
 - Revestimentos de pisos e paredes (porcelanatos)
 - Cabos elétricos
 - Luminárias
- 1.6 O prazo de execução do contrato é de 420 (quatrocentos e vinte) dias corridos para início, execução e entrega do objeto contratado, contados a partir do dia determinado na reunião técnica de liberação do início de sua execução.
- O objeto será recebido provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de comunicação formal da Contratada para vistoria final com o objetivo de entregar a obra. Será recebido definitivamente após o prazo de observação de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do Recebimento Provisório.
- Tanto o Termo de Recebimento Provisório, quanto o Termo de Recebimento Definitivo, serão emitidos somente quando todas as pendências forem sanadas.
- 1.7 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8 Hierarquia dos documentos:

Nos casos de dúvidas sobre o conjunto de documentação técnica que compõe a Pasta Técnica, anexa ao Edital e eventuais incompatibilidades, fica determinada a seguinte hierarquia de documentos:

- 1º) O presente Termo de Referência;
- 2º) As pranchas de desenho dos projetos;
- 3º) Os memoriais Descritivos dos Projetistas;
- 4º) As planilhas orçamentárias;
- 5º) O Caderno de Encargos da Prefeitura Universitária.

1.9 Documentos técnicos anexos:

- Documentos anexos:
 - Relatório fotográfico
 - Levantamento topográfico
 - Relatórios de Sondagem - áreas 140, 188 e 192
- Documentos diversos – Padrão:
 - Caderno de encargos da Prefeitura Universitária (disponível no site: https://www.depi.unicamp.br/wp-content/uploads/2022/01/caderno_encargos_v11.pdf);
 - DSSO - Verificação das medidas de segurança - incêndio
 - Manual da Divisão de Segurança do Trabalho – DSTr/DGRH (disponível no site: https://www.dgrh.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/18/2018/01/man_dsso_seguranca.pdf);
 - Modelo de placa de obra
 - Modelo de diário de obras
 - Instruções para elaborar Manual do Proprietário
- Orçamento - Eventograma/Cronograma:
 - Planilha orçamentária
 - Eventograma e Cronograma físico-financeiro
- Projetos e Memoriais:

Atenção: Para utilização, os arquivos de projeto na extensão “pdf” e devem ser impressos na escala real, já configurada.

- Nova Sede do SIARQ - (CBR - CPO)
 - Climatização CLI 01/07 a CLI 07/07 - R0;
 - Memorial Descritivo Climatização;
 - Estrutura EST 01/05 a EST 05/05;
 - Memorial Descritivo - serviços iniciais e estrutura;

- Hidráulica HID 01/07 a HID 07/07 - R0;
 - Memorial Descritivo Hidráulica;
 - Estrutura metálica EST 01/04 a EST04/04;
 - Memorial Descritivo Estrutura Metálica;
- Projetos- Nova Sede do SIARQ (GRACO)
 - Arquitetura - ARQ 01/37 a ARQ 37/37 - R0;
 - Memorial 01-Condições Gerais
 - Memorial 02-Arquitetura;
 - Elétrica ELE 01/18 a ELE 18/18 -R0;
 - Memorial 04-Elétrica;
- Projetos Urbanização, PPCI (GRACO)
 - Arquitetura - ARQ 01/14 a ARQ 14/14 - R0;
 - Elétrica - ELE 01/07 a ELE 07/07;
 - Estrutura - EST 1/13 a EST 13/13- R0;
 - Hidráulica - HID 01/10 a HID 10/10 - R0;
 - Memorial 01-Condições Gerais
 - Memorial 02-Arquitetura
 - Memorial 03a-Parecer de fundações
 - Memorial 03-Estrutura
 - Memorial 04-Elétrica
 - Memorial 05-Hidráulica
- Projetos Complementares
 - Projeto de esquadrias (Grão Santo) - Folhas 04/14, 05/14, 06/14, 11/14, 12/14, 13/14, 14/14
 - Projetos estrutura - executado - folhas 01 a 11
 - Projeto de locação de estacas - executado - folha 01
 - Projetos de fundação - executado - folhas 01 a 03

1.10 OBRIGAÇÕES DE MEIO E OBRIGAÇÕES DE RESULTADO

Esta contratação envolve definições que a Contratada deverá seguir quanto a obrigações de meio e obrigações de resultado para a execução da obra.

- 1.10.1 São obrigações de meio (frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para a contratada inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto previsto no Anexo XXX - verificar número do anexo - deste edital) as seguintes disciplinas de execução:

1.10.1.1 Arquitetura

1.10.1.1.1 Material de fechamento previsto no projeto básico

1.10.1.1.2 Layout das plantas arquitetônicas

- 1.10.1.1.3 Material de acabamento do piso, paredes e teto previsto na documentação técnica licitada
- 1.10.1.1.4 As esquadrias deverão ser executadas conforme projetos anexos ao edital de licitação (Projetos Graco e Grão Santo)
- 1.10.1.1.5 Layout da cobertura e material da cobertura, calhas e rufos
- 1.10.1.1.6 Paginação do forro
- 1.10.1.1.7 Louças e metais sanitários, copa e DML
- 1.10.1.1.8 Materiais das divisórias dos ambientes administrativos e dos sanitários
- 1.10.1.1.9 Características técnicas do elevador.
- 1.10.1.2 Elétrica, dados e voz
 - 1.10.1.2.1 Pontos de tomadas, dados e voz
 - 1.10.1.2.2 Modelos e layout de luminárias, arandelas e postes
 - 1.10.1.2.3 Materiais de acabamento, como canaletas metálicas.
- 1.10.2 São obrigações de resultado (frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para a contratada inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto), conforme definido para as seguintes disciplinas:
 - 1.10.2.1 Climatização
 - 1.10.2.1.1 Todos os ambientes previstos para serem climatizados no projeto básico deverão ser atendidos. Onde há previsão de equipamentos modelo cassete 04 vias, deverá ser mantido este modelo. Para os demais locais podem ser propostos cassete, high-wall ou piso-teto, desde que o equipamento não seja instalado no piso.
 - 1.10.2.1.2 Os depósitos deverão possuir controle de temperatura (18Cº - 21Cº) e umidade (entre 45% - 50%), inclusive para o Depósito Doc. Especiais.
 - 1.10.2.1.3 O Depósito Doc. Especiais deverá ser alimentado por máquina exclusiva, conforme projeto básico.
 - 1.10.2.1.4 O sistema de climatização deverá ser central com os equipamentos do tipo inverter com a capacidade mínima de BTU's prevista no projeto básico. O equipamento reserva da sala de servidores poderá ser do tipo Split. Os equipamentos instalados devem buscar a eficiência energética, portanto, possuir selo procel nível "A" para as evaporadoras e condensadoras. Para os chillers, fancoil's e fancoletes deverão ser buscados os equipamentos mais eficientes no mercado.
 - 1.10.2.2 Instalações elétricas
 - 1.10.2.2.1 Os pontos de tomadas e rede previstos no projeto básico deverão ser mantidos. A empresa poderá propor um novo caminhamento da infraestrutura, devendo utilizar eletrodutos de aço galvanizado, eletrocalhas e perfilados metálicos (não será permitido a utilização de dutos flexíveis sobre o forro).
 - 1.10.2.2.2 A empresa poderá propor redimensionamento dos cabos, sendo que os circuitos de iluminação devem ser atendidos, no mínimo, por cabos de 2,5mm², e circuitos de tomadas, no mínimo, por cabos de 4mm².
 - 1.10.2.2.3 Quanto a entrada de energia, caberá a Contratada o dimensionamento da rede de entrada de energia, quadro de medição e disjuntores, devendo utilizar um transformador de 300 KVA a ser instalado em poste no local a ser definido pela Unicamp. Os dimensionamentos

e projeto da entrada de energia deverão seguir as normas vigentes e normas da CPFL (Distribuidora de energia em Campinas), considerando que a rede da Unicamp é de 11,9Kv. Fica a cargo da Contratada a elaboração do projeto de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA), devendo a malha sobre cobertura e suas descidas, obrigatoriamente, serem executadas em barras chatas de alumínio.

1.10.2.3 Projeto de prevenção e combate a incêndio

1.10.2.3.1 Fica a cargo da Contratada a elaboração do projeto de combate a incêndio, a aprovação no CBESP e a posterior obtenção do AVCB provisório.

1.10.2.4 Urbanização do entorno e paisagismo, mantendo a acessibilidade para o edifício.

1.10.2.5 Acessibilidade

1.10.2.5.1 O projeto de acessibilidade será desenvolvido pela Contratada, atendendo às normas vigentes que visam prover acessibilidade às pessoas com deficiência.

1.10.2.6 O projeto para complementação e conclusão da caixa de corrida do elevador, inclusive a execução da ventilação da caixa de corrida, deverá ser desenvolvido pela Contratada. A caixa de corrida será projetada para um elevador a ser adquirido conforme especificação do Memorial CEMEQ - DT 02-2023.

1.10.2.7 Escadas metálicas de saída de emergência do auditório e ala dos arquivos.

1.10.2.8 A estrutura metálica de cobertura deverá ser projetada pela Contratada, sendo previsto em sua sobrecarga a instalação futura de placas fotovoltaicas.

1.10.2.9 Deverá ser mantido o nível do piso do auditório previsto em projeto e o layout da rampa e da escada de entrada do edifício, sendo a infraestrutura e estrutura a ser executada para estes itens a ser projetada pela Contratada.

1.11 INFORMAÇÕES TÉCNICAS COMPLEMENTARES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

É de responsabilidade da CONTRATADA atender aos requisitos técnicos especificados a seguir.

1.11.1 ADMINISTRAÇÃO LOCAL: A CONTRATADA deverá considerar nos seus custos a Administração local da obra como item de planilha. Definição: “A Administração Local compreende os custos das seguintes parcelas e atividades, dentre outras que se mostrarem necessárias: • chefia e coordenação da obra; • equipe de produção da obra; • departamento de engenharia e planejamento de obra; • manutenção do canteiro de obras; • gestão da qualidade e produtividade; • gestão de materiais; • gestão de recursos humanos; • gastos com energia, água, gás, telefonia e internet; • consumos de material de escritório e de higiene/limpeza; • medicina e segurança do trabalho; • laboratórios e controle tecnológico dos materiais; • acompanhamento topográfico; • mobiliário em geral (mesas, cadeiras, armários, estantes etc.); • equipamentos de informática; • eletrodomésticos e utensílios; • veículos de transporte de apoio e para transporte dos trabalhadores; • treinamentos; • outros equipamentos de apoio que não estejam especificamente alocados para nenhum serviço.” Redação dada pela Cartilha do

Tribunal de Contas da União – Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas de 2014.

Da medição: A Administração Local será paga mensalmente e proporcionalmente através das medições dos serviços executados e aceitos, conforme recomendação do Tribunal de Contas da União, no Acórdão TCU 2.622/2013 – Plenário e no documento Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas (2014). Será seguida a mesma proporcionalidade para o caso de supressões e acréscimos de serviços.

- 1.11.2 **CANTEIRO DE OBRAS:** Deverá atender integralmente a NR-18 e NR-24. Em obras com prazo de execução superior a 300 dias, as instalações para o canteiro de obras deverão ser obrigatoriamente construídas em chapa de madeira compensada. A CONTRATADA deverá elaborar um “croqui” do Canteiro de Obras que contemple toda a área de influência da obra e apresentar à Fiscalização da CONTRATANTE para aprovação, sendo que o mesmo deverá ser provido de instalações sanitárias, abrigo de materiais, vestiário e refeitório (quando houver necessidade de alimentação no local), sendo proibida a confecção de refeições no Canteiro de Obras. A limpeza e manutenção do canteiro são responsabilidade da CONTRATADA. A CONTRATADA deverá encaminhar à Fiscalização da CONTRATANTE a relação de cargas elétricas que pretende utilizar no canteiro e solicitar e definir junto à Fiscalização da CONTRATANTE local único para instalação de ponto elétrico, sendo que são responsabilidades da CONTRATADA as derivações e instalações necessárias dentro da obra. A CONTRATADA deverá interligar o esgoto proveniente de seu Canteiro de Obras à rede geral de esgotos do local e, na impossibilidade, utilizar sanitários e vestiários químicos. Para quaisquer outros tipos de resíduos, a CONTRATADA deverá tratá-los conforme determinação do CONAMA. A CONTRATADA deverá providenciar a confecção e instalação da placa de identificação da obra em até 15 dias após a data de início da obra, conforme padrão da UNICAMP, cujo lay-out será fornecido na reunião de início de obra. Não poderão ser estocados materiais fora da área do canteiro de obras, bem como os equipamentos que serão utilizados na execução das obras, também não poderão manobrar fora desta área.
- 1.11.3 **ESTRUTURA METÁLICA:** Antes da execução das estruturas metálicas deverá ser apresentado pela CONTRATADA, o projeto executivo, de fabricação e de montagem conforme NBR 8800/2008, acompanhado das respectivas ART's para aprovação da FISCALIZAÇÃO quanto ao arquitetônico e documentação solicitada em edital.
- 1.11.4 **REMOÇÃO DE ÁRVORES:** A autorização para retirada de árvores será obtida pela UNICAMP. A CONTRATADA fará sua remoção tomando todas as precauções de segurança para: O corte das árvores executando poda prévia, se necessário. O destocamento das raízes. O recorte das árvores e da sua ramagem. Picagem e repicagem da madeira transformando o material em cavacos entre 20 mm a 40 mm. O transporte deste material dentro do Campus para local definido pela Fiscalização da CONTRATANTE.
- 1.11.5 **FUNDAÇÃO:** Na execução de fundações, a CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, a assessoria de um consultor de solos para a compatibilização dos projetos de infra e superestrutura e as adequações necessárias para a perfeita execução da obra/serviço. No caso de fundações por tubulões, caberá também ao consultor da CONTRATADA a análise e liberação para concretagem. No caso de estacas, cabe também a confirmação das

quantidades, cargas e profundidades, com base nos relatórios de sondagem apresentados pela Contratante, assim como nos relatórios providenciados pela CONTRATADA. Caso haja necessidade de sondagens adicionais para análise do consultor de solos, estas serão de responsabilidade da CONTRATADA. A CONTRATADA certificará o desempenho dos elementos da fundação, para as situações exigidas por norma, através da execução de provas de carga conforme a norma ABNT - NBR 6122-2010.

1.11.6 CAIXILHOS: Na instalação de caixilhos de alumínio ou de aço a CONTRATADA deverá observar:

- a. As esquadrias devem atender aos requisitos estabelecidos pela NBR 10821, com especial atenção aos itens de desempenho mínimo quanto à permeabilidade do ar, estanqueidade à água e cargas uniformemente distribuídas.
- b. Como requisito de classificação das esquadrias a serem instaladas, serão sempre considerados como mínimo:
 - Edificação de até cinco pavimentos e altura de 15m;
 - Região IV do Brasil, conforme gráfico de isopletras da velocidade básica do vento.
 - O nível de desempenho das esquadrias quanto ao seu uso deverá ser sempre o intermediário (I) ou superior (S), conforme definição estabelecida na NBR 10821-2/2011.

1.11.7 FÔRMAS PARA CONCRETO: As formas para concreto aparente deverão ser executadas em chapas de madeira compensada, colagem fenólica, plastificadas e com espessura mínima de 18mm. Para concreto revestido, as chapas deverão também ter colagem fenólica, acabamento resinado e espessura mínima de 15 mm.

Sob a estrutura de concreto do pavimento térreo (blocos, baldrame, contrapiso, calçadas etc.) deverá ser executado, sempre, lastro de concreto magro, com espessura mínima de 5 cm, para não haver contato do solo com o concreto estrutural. Não será permitido lastro de brita.

Na estrutura de concreto armado, deverão ser instalados espaçadores, para se garantir o cobrimento da armadura, nas medidas previstas em norma.

As concretagens só serão autorizadas após a conferência e aprovação das formas e ferragens pela fiscalização.

1.11.8 REVESTIMENTO DE ALVENARIA: No revestimento das alvenarias a CONTRATADA deverá considerar em suas composições de custo a instalação de cantoneiras metálicas de arremate nas arestas e cantos vivos das paredes, sendo:

- Cantoneira de aço galvanizado para reboco.
- Cantoneira de alumínio para revestimento cerâmico.

1.11.9 REDES DE ESGOTO E DE ÁGUAS PLUVIAIS: As redes de esgoto e de águas pluviais deverão ser entregues limpas e desobstruídas dos resíduos provenientes dos serviços executados pela CONTRATADA. A limpeza deverá ser garantida e executada perante a Fiscalização da CONTRATANTE, sem quaisquer custos adicionais à CONTRATANTE,

1.11.10 MEIO AMBIENTE

É de responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento de todas as condicionantes ambientais que envolvam a preservação dos elementos Ar – Água – Solo – Fauna – Flora, observando a adoção de boas práticas ambientais na execução de obras para a Contratante, assim como as legislações ambientais vigentes.

1.11.10.1 Geral

As especificações de controle ambiental englobam os meios: Físico: Ar, água e solo; Biótico: Flora e fauna; Socioeconômico: População de entorno, funcionários, professores, alunos e usuários do campus da UNICAMP, e estão agrupadas nos seguintes itens:

- Supressão de Vegetação e Intervenção em Áreas de Preservação Permanente – APP's;
- Processos Erosivos;
- Proteção de Recursos Hídricos Superficiais;
- Resíduos Sólidos;
- Efluentes Líquidos;
- Poluição Sonora;
- Poluição Atmosférica;
- Poluição do Solo e Aquíferos Subterrâneos.

1.11.10.2 Controle de Resíduos Sólidos

Objetivo: Garantir que todos os resíduos gerados durante a instalação, execução e desmobilização das obras sejam acondicionados e dispostos corretamente em locais apropriados.

Descrição: Resíduos sólidos consistem em todos os restos de materiais sólidos provenientes das atividades do canteiro de obras e frentes de serviços, tais como os óleos e graxas provenientes das oficinas, almoxarifados e equipamentos/máquinas. Frascos plásticos e recipientes metálicos para refeições e descartes de escritório, entre outros, devem ser devidamente segregados para a reciclagem. Quanto aos resíduos orgânicos, deverão ser encaminhados para a coleta pública.

Instruções Gerais: Todos os servidores da CONTRATADA deverão receber instruções quanto à utilização controlada de materiais, visando a menor produção possível de resíduos a serem dispostos. É recomendável, também, o incentivo à coleta de resíduos recicláveis, segregando ao menos papel, metal, plástico e orgânico. Todos os resíduos sólidos devem ter seu destino final em locais apropriados e devidamente licenciados.

Procedimentos:

- a. Distribuir em todas as frentes de obras e canteiro, recipientes plásticos ou tambores de lixo para a coleta de resíduos não perigosos gerados, preferencialmente diferenciando os tipos de resíduos possibilitando a coleta seletiva;
- b. Dispor os resíduos orgânicos e sobras de alimentos gerados nas obras em sacos apropriados para a coleta urbana e depositar nas grades existentes e que estão distribuídas no campus;
- c. Os resíduos de construção civil (RCC) Classes A, B, C e D segundo a Resolução 307/CONAMA, provenientes da demolição e da execução de obras, deverão ser encaminhados, devidamente segregados e acondicionados, para áreas legalizadas e licenciadas pelo Município para este fim;
- d. Os resíduos de óleos e graxas coletadas, inclusive as estopas sujas de óleos e graxas procedentes de manutenção emergencial devem ser acondicionados em tambores e retirados e transportados por empresas especializadas neste tipo de disposição.
- e. A Contratada, assim como a empresa receptora dos resíduos de construção RCC, devem estar cadastradas no Sistema de Gerenciamento Online de Resíduos/SIGOR, da CETESB. Assim, ao envio de cada caçamba ou caminhão contendo resíduos, a Contratada deverá emitir documento físico de Manifesto de Transporte de Resíduos/ MTR e, ao final de cada trimestre / conclusão da obra, emitir no

sistema SIGOR/CETESB uma Declaração de movimentação de Resíduos/ DMR constando toda a quantidade de resíduos que saiu da unidade contratante neste período.

No documento MTR deverá constar o CNPJ da construtora Contratada para execução dos serviços, da empresa transportadora dos resíduos e da empresa que irá receber os resíduos. Cabe ressaltar que, no momento da emissão do MTR serão necessários os dados do caminhão e do motorista que farão o transporte.

f. A CONTRATADA deverá apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Obra (PGRO), conforme modelo para preenchimento PT-PGRCC-04 disponível na página <https://www.depi.unicamp.br/geare/>, inclusive croqui do canteiro de obras delimitando as áreas para armazenamento provisório. Este documento deverá ser entregue na reunião de início de execução do objeto, que será posteriormente aprovado pelo órgão competente da Universidade.

g. O manejo, armazenamento, transporte e destinação final dos RCC gerados na obra devem atender às diretrizes do PGRCC da Unicamp e PGRL da Unidade (quando houver), da lei federal nº 12.305/2010 e da Resolução CONAMA 307/2002 e suas atualizações.

h. Para a liberação do transporte e destinação final do resíduo, deverá ser solicitado e agendado junto à Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE, a emissão do MTR, segundo a portaria do MMA 280/2020 que deverá ser fornecido ao transportador.

i. A CONTRATADA deverá fornecer o respectivo Certificado de Destinação Final (CDF) para cada MTR, até o recebimento definitivo do objeto.

1.11.11 PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

A CONTRATADA deverá atender aos projetos e memoriais do Sistema de Proteção e Combate a Incêndio e apresentar conforme o FORMULÁRIO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO:

- ART de instal. medidas de proteção contra incêndio
- Atestado de conformidade das instalações elétricas (Anexo K)
- ART das instalações elétricas
- Atestado de emprego de materiais de acabamento
- ART do material de acabamento e revestimento
- ART do sistema de proteção contra descargas atmosféricas
- Notas fiscais das mangueiras, extintores e demais equipamentos de combate a incêndio

1.11.12 NA CONCLUSÃO DA OBRA DEVERÁ SER ENTREGUE:

- Manual do proprietário, conforme modelo;
- As Built;
- Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros/AVCB;
- Notas Fiscais e manuais dos equipamentos instalados;
- Controles remotos dos equipamentos de climatização;
- Databook do sistema de climatização;
- PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle) do sistema de climatização
- Chaves das edificações.
- Laudos inerentes às instalações elétricas (aterramento, isolamento dos cabos alimentadores, etc)
- Relatórios dos testes de estanqueidade das tubulações e da impermeabilização
- Laudos dos sistemas de ancoragem

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O objeto pretendido trata da contratação de serviços de engenharia para elaboração de Projeto Executivo e execução do remanescente da obra de construção da Nova Sede do Arquivo Central do

Sistema de Arquivos da Unicamp - SIARQ. O SIARQ é responsável pela política, gestão e preservação arquivística de documentos na UNICAMP. É o órgão central de coordenação do Sistema de Arquivos da Unicamp (SIARQ / UNICAMP), que compreende o Conselho Consultivo (CONSUL / SIARQ), a Comissão Central de Avaliação de Documentos (CCAD / SIARQ), a Rede de Arquivos e os Protocolos e Comissões Setoriais de Arquivos (CSArqs) das unidades e órgãos. A gestão dos documentos pressupõe uma integração com as unidades e órgãos na orientação técnica para a produção, tramitação, arquivamento, avaliação, utilização e preservação dos documentos, numa linha contínua de gerenciamento denominada ciclo de vida documental. O SIARQ tem, sob sua responsabilidade, a guarda de documentos que, por questões legais, fiscais e jurídicas, devem ser mantidos por certos prazos de guarda determinados em normas, a fim de subsidiar decisões administrativas e acadêmicas, bem como apoiar a Universidade na defesa de seus direitos. Também responde por documentos de guarda permanente, por apresentarem informações substantivas sobre a instituição e que podem ser fontes de pesquisas administrativas, acadêmicas e científicas. Visando ampliar e qualificar a infraestrutura para prestação de serviços arquivísticos da Unicamp, especialmente no que diz respeito à capacidade de recebimento e preservação de documentação produzida pelas Unidades e Órgãos pelos prazos previstos em legislação, iniciou-se a construção do prédio destinado à Nova Sede do SIARQ, a qual está paralisada desde novembro de 2015, devido à rescisão contratual unilateral por descumprimento de cláusulas pela empresa contratada. Diante do exposto, faz-se necessária a conclusão da obra paralisada a fim de que se possa atender as demandas de armazenamento e preservação da documentação das Unidades e Órgãos da Universidade de forma adequada, visto que os espaços da sede atual do SIARQ encontram-se no limite de suas capacidades. Conforme definido pela Deliberação CONSU-A-019/2019, a Contratação da Conclusão da Obra do Novo Prédio do SIARQ foi analisada pela Comissão de Planejamento Estratégico Institucional - COPEI, na data de 19/02/2019, tendo sido incluída na lista de prioridades estratégicas de obras da Universidade, conforme Parecer COPEI nº 03/2019.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

As soluções para execução da referida obra foram adotadas com base nos levantamentos de mercado e nos requisitos de viabilidade econômica (custo de execução, operação e manutenção), vida útil e eficiência energética.

Considerando que se trata de uma contratação semi-integrada, foram definidas as obrigações de meio e de resultado. Tais obrigações partiram da análise dos projetos existentes, da busca do atendimento das necessidades da Unidade ao final da obra e da identificação de áreas onde há possibilidade de a Contratada atuar propondo sistemas ou soluções inovadoras na construção.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Subcontratação

É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições descritas a seguir.

A subcontratação fica limitada a:

- Projetos Executivos de Arquitetura, Climatização, Instalações elétricas, SPDA, Estrutura de concreto e metálica, Instalações Hidráulicas, Combate a Incêndio.
- Estrutura metálica: projeto, fabricação e montagem
- Concreto usinado

- Calhas e rufos
- Divisória em Gesso acartonado – Drywall
- Esquadrias de alumínio, Vidros e Espelho
- Divisória móvel
- Divisória em laminado Melamínico
- Forro de gesso acartonado
- Forro em placas minerais
- Película Refletiva
- Instalação de Combate à Incêndio
- Elevador
- Manutenção de elevador
- Nobreak 15 KVA
- Sistema de Alarme, Detecção e Combate de Incêndios
- Laudo de medição da instalação do SPDA
- Remoção de entulho
- Estaca escavada mecanicamente
- Prova de carga estática para estacas
- Posto de transformação
- Serralheria
- Climatização
- Manutenção Preventiva do Sistema de Climatização

4.1.1 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

4.2 Vistoria

4.2.1 A avaliação prévia do local onde será executado o objeto pretendido é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades existentes, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, em dias de expediente na UNICAMP, das 9:00 horas às 16:00 horas. O agendamento poderá ser realizado pelo e-mail jbizetti@unicamp.br.

4.2.1.1 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, nos termos do anexo ao Edital.

4.2.1.2 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da execução do objeto pretendido, devendo, a Contratada, assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O início da execução do objeto se dará na data definida pela CONTRATANTE na reunião técnica de liberação do início de execução do objeto, a ser agendada mediante convocação formal, após a assinatura do contrato.

5.2 A execução da obra poderá ser iniciada somente após a entrega dos projetos executivos e aprovação destes pela Contratante.

5.3 Local da prestação dos serviços:

Cidade Universitária Zeferino Vaz, Campinas, SP.

END.: Rua 1 com Av. Dr. André M. Tosello, s/nº

QUADRA: 43

LATITUDE: - 22° 49' 06"

LONGITUDE: - 47° 38' 08"

5.4 Os serviços serão prestados nos seguintes horários:

- Segunda a sexta-feira, das 7:00 horas às 18:00 horas;

- Sábados, domingos, feriados, pontos facultativos ou dias sem efetivo da CONTRATANTE na Universidade: a prestação de serviços só poderá ser realizada, mediante autorização expressa e formal da fiscalização. As solicitações deverão ser feitas, por escrito, com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência da data pleiteada. Na solicitação deverá constar a relação dos funcionários que trabalharão nos dias solicitados, as datas que se pretende trabalhar e os serviços que serão executados.

5.5 Materiais a serem disponibilizados

Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios (todos os insumos) necessários para a execução integral do objeto pretendido, provendo sua substituição quando necessário e/ou solicitado pela Fiscalização.

5.6 A Contratada deverá disponibilizar no canteiro de obras, para responder perante a Fiscalização da Contratante, o profissional Engenheiro civil / Arquiteto residente / Tecnólogo em Construção Civil. Este profissional deverá ser credenciado à Fiscalização e emitir ART ou RRT correspondente, da mesma forma que o profissional que será o responsável técnico pelo Objeto.

5.7 A área do canteiro de obras está cercada por alambrado. Adequações deverão ser realizadas em tela de aço galvanizado.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

6.1 A medição será realizada até o 4º dia útil do mês subsequente, considerando os serviços executados, efetivamente concluídos pela Contratada entre o primeiro e o último dia do mês anterior e aceitos pela Fiscalização, conforme definido no Eventograma.

6.2 A CONTRATADA deverá apresentar, até o último dia do mês, memórias de cálculo que demonstrem os eventos executados no período.

6.3 Somente serão pagos os eventos efetivamente executados, aceitos e medidos pela FISCALIZAÇÃO.

6.4 Serão medidos os eventos concluídos de acordo com o determinado no eventograma (anexo ao edital de licitação). Eventos inconclusos, parcialmente executados ou não aceitos pela fiscalização não serão medidos.

6.5 A empresa deverá seguir o eventograma - cronograma de execução anexos ao edital de licitação. Qualquer alteração deverá ser justificada tecnicamente e previamente aprovada pela fiscalização.

6.6 Não serão medidos eventos executados antes de suas atividades predecessoras, definidas no eventograma - cronograma anexo ao edital de licitação. Exceto quando a antecipação de execução for autorizada pela Fiscalização.

6.7 Condições para possíveis aditamentos / reequilíbrios

6.7.1 As disciplinas relacionadas às obrigações de meio serão medidas e pagas segundo eventograma anexo ao Edital.

6.7.1.1 No caso da ocorrência de pequenas variações quantitativas dos itens orçamentários relacionados às etapas descritas no eventograma, essas correrão por conta e risco da contratada, sempre que menores que 15% (quinze por cento) dos quantitativos estimados na planilha orçamentária.

6.7.2 Caso os limites estabelecidos no item 6.7.1 sejam superiores, poderão ser ajustados termos aditivos para restabelecer a equação econômico-financeira da avença, desde que:

6.7.2.1 A alteração contratual decorrente não supere ao estabelecido no art. 13, inciso II, do Decreto 7.983/2013, cumulativamente com o respeito aos limites previstos nos art. 125 da Lei 14.133/2021, estes últimos, relativos a todos acréscimos e supressões contratuais;

6.7.2.2 A modificação do ajuste não ensejará a ocorrência do "jogo de planilhas", com redução injustificada do desconto inicialmente ofertado em relação ao preço base do certame no ato da assinatura do contrato, em prol do que estabelece o art. 14 do Decreto 7.983/2013, como também do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal;

6.7.2.3 A correção de quantitativos, bem como a inclusão de serviço omitido, não esteja compensada por distorções em outros itens contratuais que tornem o valor global da avença compatível com o de mercado.

6.7.3 Os potenciais aditivos a que se refere o item 6.7.2 só serão devidos caso a variação de quantitativo no item traga impacto maior que 0,5% no valor global do contrato para mais ou para menos.

6.7.3.1 Para a aplicação no disposto no item 6.7.3, não caberá a somatória de dois ou mais itens de planilha para a regra de cálculo do impacto no valor global do contrato.

6.7.4 Eventuais serviços omitidos na planilha orçamentária, mas necessários à execução do projeto conforme descritos no Projeto Básico, serão objeto de aditivo e pagamento sempre que tiver um valor total de 1% acima do valor inicial do contrato.

6.7.5 No caso de descrição incorreta do serviço constante na planilha licitada em comparação com o exigido no projeto básico, poderá haver termo aditivo para compensar a diferença, para mais ou para menos, sempre que se tratar de serviço cujo preço total estimado for superior a 0,5% do valor inicial do contrato atualizado.

- 6.7.6 Poderão ensejar reequilíbrio econômico-financeiro: os impedimentos, retardamentos ou onerosidades excessivas, devidamente fundamentadas, e que tenham como causa ou fatos, considerada a matriz de riscos:
- 6.7.6.1 Eventos previsíveis ou imprevisíveis de consequências incalculáveis, que tenha nexo causal direto com impedimento, retardamento ou onerosidade excessiva;
- 6.7.6.2 Que não tenham sido ocasionados por culpa da contratada.
- 6.7.6.3 Será considerada onerosidade excessiva para fins de reequilíbrio, o demonstrado efeito ao valor total do contrato superior a 5%.
- 6.7.7 No caso das obrigações de resultado a que se referem ao item 1.10.2, os fatos posteriores à assinatura do contrato, que podem causar impacto no seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prorrogação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência, terão suas responsabilidades e ônus avaliadas conforme descrito na Matriz de Riscos, abaixo:

Matriz de riscos:

Tipo de Risco	Descrição	Materialização	Responsabilidade
Projeto	Reprovações da parte da Unicamp para o projeto executivo, atraso no desenvolvimento do projeto	Atraso do projeto e do empreendimento	Contratada
	Reprovação e adequações necessárias para aprovação no Corpo de Bombeiros	Atraso do projeto e do empreendimento	Contratada
Execução da obra	Aumento de custo da obra decorrente da solução técnica escolhida no desenvolvimento do projeto executivo	Aumento de custo	Contratada
	Risco de ocorrerem eventos durante a execução da obra, motivados pela Contratada, que impeçam o cumprimento dos prazos acordados, necessitando de ações como aumento de efetivo ou equipamentos, para recuperar o cronograma da obra	Atraso da obra e aumento do custo	Contratada
	Refazimento de serviços executados antes desta contratação e não previstos na planilha	Atraso da obra e aumento do custo	UNICAMP
	Dificuldades em subcontratações ou não aprovação dos documentos relativos às subcontratadas	Atraso da obra	Contratada

	Questionamentos técnicos feitos pela Contratada que ultrapassem 15 dias para resposta por parte da Contratante	Atraso da obra	UNICAMP
	Vícios construtivos e baixa qualidade nos serviços executados, necessitando refazimento	Atraso da obra e aumento do custo	Contratada
Processo Decisório	Situações que dependam de decisões a serem tomadas pela fiscalização, gestão da obra ou gestão superior da Unicamp, e venham a impossibilitar continuidade de frentes de execução	Atraso da obra e aumento do custo	UNICAMP
Ajustes de escopo nas obrigações de resultado	Solicitação, feita pela Unicamp, de alterações contratuais em situações em que seja necessária alteração de especificação para a obrigação de resultado.	Atraso da obra e aumento do custo	UNICAMP
	Prazos para conclusão da formalização do aditamento que impossibilitem a continuidade de frentes de trabalho dependentes do Termo Aditivo. Esse prazo será contabilizado a partir da assinatura da planilha de aditamento a ser encaminhada à DGA/Contratos	Atraso da obra e aumento do custo	UNICAMP
Econômico - Financeiro	Inflação acima da média, flutuações de câmbio desproporcionais, aumento exacerbado de insumos que resulte em um acréscimo além de 5% do valor contratual atualizado	Aumento de custo	Alterações desproporcionais no mercado, e que não se enquadrem no limite disposto no item no edital que rege sobre onerosidade excessiva, poderá ser autorizado mediante solicitação da Contratada, acompanhada de justificativas e comprovantes (inclusive notas fiscais) que comprovem o pleito
	Indisponibilidade de insumos no mercado	Atraso da obra e aumento do custo	CONTRATADA

Insumos	Roubos e furtos de materiais postos em obra	Atraso da obra e aumento do custo	CONTRATADA
---------	---	-----------------------------------	------------

6.8 Do recebimento

6.8.1 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no eventograma/cronograma físico-financeiro fornecido, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

6.8.1.1 Uma etapa será considerada efetivamente concluída, quando os serviços previstos para aquela etapa, no eventograma / cronograma físico-financeiro ofertado pela CONTRATADA, estiverem executados em sua totalidade;

6.8.1.2 A CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais, utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

6.8.2 O objeto pretendido será recebido provisoriamente, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021);

6.8.2.1 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo Fiscalização da CONTRATANTE, não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.8.3 A Fiscalização da CONTRATANTE não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei 14.133, de 2021), como também citado acima;

6.8.4 O Recebimento Provisório também ficará sujeito à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e instruções exigíveis;

6.8.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.8.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto pretendido, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto pretendido, para efeito de liquidação e pagamento;

6.8.7 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto estiver pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto pretendido ou no instrumento de cobrança;

- 6.8.8 O Recebimento Provisório ou Definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. FORMA E CRITÉRIOS TÉCNICOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1 A CONTRATADA será selecionada por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, com adoção do critério de julgamento Menor preço.

7.2 Critérios de aceitabilidade de preços

O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico:

7.2.1 Planilha orçamentária detalhada, elaborada de acordo com o modelo fornecido pela Unicamp em formato Excel, contendo todos os elementos constantes no Anexo – Pasta Técnica, bem como os valores unitários e totais, com destaque obrigatório do valor correspondente ao BDI, devendo, ainda, contemplar todas as etapas de execução, resultado do método executivo adotado pelo licitante, de forma que os serviços executados totalizem o preço global.

7.2.1.1 Todos os custos diretos necessários à completa execução de cada um dos itens do serviço, e que não estejam discriminados nas planilhas orçamentárias como itens independentes, deverão ser incorporados na composição de custos dos itens correlatos na planilha orçamentária a ser elaborada pelo licitante e apresentada no certame.

7.2.2 Eventograma / cronograma físico-financeiro, elaborado de acordo com o modelo fornecido pela Unicamp em formato Excel, nos termos do Anexo - Pasta Técnica, de acordo com o prazo de execução da obra e compatível com o eventograma/ cronograma de desembolso.

7.2.2.1 Na reunião para liberação do início da execução do objeto, a Contratada deverá apresentar o eventograma/cronograma físico-financeiro definitivo e compatibilizado com a data “zero” da realização da referida reunião e com os percentuais financeiros indicados na proposta comercial.

7.3 Exigências de habilitação técnica

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.3.1 Qualificação Técnica

7.3.1.1 Comprovação de que a empresa licitante é de engenharia, através da apresentação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA.

ou

7.3.1.2 Comprovação de que a empresa licitante é de arquitetura, através da apresentação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CAU.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ 12.555.586,67 (doze milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e seis reais, sessenta e sete centavos), conforme planilha orçamentária constante da Pasta Técnica, com data base dezembro/2024.

Documento assinado eletronicamente por MARIA TEODORA DA ROCHA IOTI, Coordenador de Serviço, em 08/01/2025, às 17:21 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por Lucas Oriolo Rodrigues, Coordenador de Divisão, em 09/01/2025, às 16:20 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por ALEXANDRE DOS REIS PACHECO NETO, ENGENHEIRO / Engenheiro civil, em 08/01/2025, às 17:15 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



**A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
3AC5CD83 938D4FB6 89378D4C 75580E45**





**TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA
- LICITAÇÃO**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Processo Administrativo nº 01-P-8235/2024

ADMINISTRATIVO

9. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

9.1. O prazo de vigência da contratação é contado da data de sua assinatura até a data do recebimento definitivo, devendo a Contratada obedecer ao prazo de execução definido no subitem 1.3, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.2. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.3. Antes do início da prestação dos serviços, a empresa deverá entregar a documentação necessária à emissão de crachás, assim como a liberação pela Segurança do Trabalho, deverá ocorrer conforme disposto no Manual de Segurança da Divisão de Segurança do Trabalho - DStr/DGRH/UNICAMP, disponível no endereço eletrônico: https://www.dgrh.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/18/2018/01/man_dsso_seguranca.pdf

10.4. A Contratada deverá atender às exigências relativas à segurança, higiene e saúde do trabalho, procedimentos internos à Universidade, assim como as regras estabelecidas pela legislação vigente, devendo participar do treinamento denominado Integração de Segurança do Trabalho, na Divisão de Segurança do Trabalho - DStr, seguindo as orientações contidas no Manual de Segurança do Trabalho.

10.5. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.6. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.7. A CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de



TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

10.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

10.9. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, consoante as atribuições previstas no Art. 16 da Resolução GR nº 14/2023.

Gestor do Contrato

10.10. O gestor do contrato acompanhará a execução contratual, com apoio dos fiscais do contrato, assegurando o controle dos prazos do contrato; a manutenção das condições de habilitação da contratada; a disponibilidade prévia de empenho, o pagamento, as garantias e as glosas; a formalização de apostilamento e termos aditivos, bem como as demais atribuições necessárias à plena execução do contrato estabelecidas no Art. 14 da Resolução GR nº 14/2023.

Garantia da Contratação

10.11. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

10.11.1. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.

II - Caução em títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

III - Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria.



TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

V - Título de capitalização. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

10.12. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Forma de pagamento

11.1. O pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente no Banco do Brasil sob a titularidade da Contratada, conforme Decreto Estadual nº 62.867/2017

11.1.2. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

11.1.3. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

11.1.3.1. Independente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Prazo de pagamento

11.3 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de cada medição e mediante a apresentação dos documentos fiscais competentes, com base na legislação vigente. Serão considerados serviços executados os efetivamente concluídos e aceitos pela Fiscalização da CONTRATANTE, conforme definido no Eventograma.



TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Exigências de habilitação

12.1. Previamente à celebração do contrato ou emissão de Instrumento equivalente (Autorização de Fornecimento, nota de empenho ou outro), a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

d) Consulta de SANÇÕES do Estado de São Paulo: https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx ;

e) Consulta de Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP): <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>;

12.2. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

12.3. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

12.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.5. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.6. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.7. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos, conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

12.8. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.9. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.10. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

12.11. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.12. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.13. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.14. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

12.15. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

12.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.22. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA
- LICITAÇÃO

12.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

12.25. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor);

12.25.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

12.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

12.26.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), bem como o Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 0,50 (zero ponto cinquenta);

12.26.1.1. A fórmula é composta dos índices resultantes de:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA
- LICITAÇÃO

IE = Passivo Circulante + Passivo não Circulante

Ativo Total

12.27. Patrimônio Líquido Mínimo de R\$ [1.255.558,67] (um milhão, duzentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta e sete centavos), comprovados na forma da lei, admitida sua atualização conforme legislação vigente.

12.27.1 A atualização do Patrimônio Líquido, se necessária, deverá ser demonstrada por documento assinado pelo representante legal e profissional devidamente habilitado e inscrito no órgão de classe.

12.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

12.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

Outras comprovações

12.31. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando o caso.

12.32. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.32.1 Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a. Designação do consórcio e sua composição;
- b. Finalidade do consórcio;
- c. Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d. Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo



TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" desta subdivisão.

12.32.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

12.32.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.32.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

12.33. Será admitida a participação de cooperativas e será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:

12.33.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

12.33.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

12.33.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

12.33.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

12.33.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

12.33.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

12.33.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Universidade Estadual de Campinas, conforme abaixo:

Número de Recurso	E.E.	C.O.	C.L.	PROGRAMA GERENCIAL
3892/2025 3883/2025	4451-30	1 - REITORIA	8136 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DA OBRA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO SIARQ	09.46.01 09.49.00

14. RESPONSABILIDADE

14.1. Nos aspectos técnicos desse Termo de Referência (item 1 ao 8) assina:

Maria Teodora da Rocha Ioti
Lucas Oriolo Rodrigues
Alexandre dos Reis Pacheco Neto

14.2. Nos aspectos administrativos desse Termo de Referência (itens 9 ao 13) assina:

Luiz Medeiros de Oliveira
André Sussumu Konishi

Campinas, 18 de fevereiro de 2025

Documento assinado eletronicamente por Luiz Medeiros de Oliveira, PR ASS ADMINISTRATIVOS / Técnico em administração, em 19/02/2025, às 11:51 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por ANDRE SUSSUMU KONISHI, Coordenador de Serviço, em 19/02/2025, às 14:10 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
07D9E2C5 76EC4728 8919989C 153D018A

